

Apontamentos sobre a Formatação do Circuito Quilombola de Turismo do Vale do Ribeira e as Contribuições do Instituto Sociambiental (ISA)

João Henrique Souza Pires

Como citar: PIRES, João Henrique Souza. Apontamentos sobre a Formatação do Circuito Quilombola de Turismo do Vale do Ribeira e as Contribuições do Instituto Sociambiental (ISA). *In*: BERSI, Rodrigo Martins; MIGUEL, José Carlos (org.). **Pesquisas em Educação:** contribuições de egressos do PPGGE. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2025. p. 163-185. DOI: <https://doi.org/10.36311/2025.978-65-5954-603-9.p163-185>



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-No comercial-Sin derivados 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Apontamentos sobre a Formação do Circuito Quilombola de Turismo do Vale do Ribeira e as Contribuições do Instituto Sociambiental (ISA)

João Henrique Souza PIRES³⁶

Introdução

Segundo a Lei de Diretrizes de Base (LDB) nº 9.394 de 1996, em seu artigo 1º, “a educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais”.

A partir dessa compreensão ampla que a própria LDB dá aos processos formativos que abrangem a educação, observa-se, com base em nossa trajetória atuando junto às populações do campo, que, muitas vezes, os processos de formação e de capacitação no meio rural, principalmente técnico, são realizados por uma variedade de entidades, que não as instituições de ensino convencionais.

Observa-se que desde a reforma do Estado realizada durante o governo de Fernando Henrique Cardoso (19295-2002), os serviços de assistência técnica e extensão no meio rural, até então mais restritos a empresas estatais de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), além de passarem a contar com uma diversidade maior de entidades ofertando serviços de capacitação e de formação, também tiveram um aumento da variedade de propostas e de opções.

Há no Brasil uma série de entidades que fornecem apoio e assessoria tanto no meio rural quanto no meio urbano, nas quais podemos destacar as Organizações Não Governamentais (ONGs), Organização da sociedade civil

³⁶ Doutor – Programa de Pós-Graduação em Educação – Faculdade de Filosofia em Ciências - PPGE/FFC/UNESP – Câmpus Marília – e-mail: souza.pires@unesp.br.

de interesse público (OSCIP), universidades, movimentos sociais, centrais sindicais, fóruns nacionais e estaduais, instituições religiosas, entre outras.

Diante dessa realidade, o presente trabalho tem como propósito apresentar parte da análise que realizamos sobre os procedimentos teóricos metodológicos de algumas entidades e organizações que contribuíram com a formação e capacitação relacionadas ao desenvolvimento do turismo junto as Comunidades Remanescentes de Quilombolas do Vale do Ribeira (CRQVR).

Considerando o universo mais amplo e histórico que abrange uma variedade de entidades e organizações que, em algum momento, envolveram-se direta ou indiretamente com atividades e projetos relacionados a formação, capacitação e assistência junto às comunidades, delimitou-se para fins desse artigo e pela sua importância no processo de elaboração do Circuito Quilombola de Turismo Comunitário do Vale do Ribeira (CQTVR), o Instituto Socioambiental (ISA).

Importante destacar que esse recorte faz parte da pesquisa que realizamos entre os anos de 2017 e 2021 para a elaboração de nossa tese de doutoramento pelo Programa de Pós-graduação em Educação da Faculdade de Filosofia e Ciência (FFC) da Universidade Estadual Paulista (UNESP)³⁷.

Por fim, a corrente trabalho está estruturado para além dessa introdução em mais dois tópicos e mais as considerações finais. No primeiro tópico apresentamos de forma generalizada alguns apontamentos sobre o turismo e a formação do CQTVR. No segundo apresentamos mais especificamente os procedimentos metodológicos utilizados pelo ISA junto as CRQVR.

Apontamentos sobre Turismo e o Circuito Quilombola de Turismo do Vale do Ribeira (CQTVR)

Consoante aos pressupostos da Organização Mundial do Turismo (OMT) e adotados oficialmente pelo Brasil, o turismo está relacionado às “atividades que as pessoas realizam durante viagens e estadas em lugares diferentes do seu entorno habitual, por um período inferior a um ano, com finalidade de lazer, negócios ou outras” (Brasil, 2006, p. 04).

³⁷ A pesquisa contou com financiamento e apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

Definido normalmente como uma atividade vinculada à viagem e ao lazer, o turismo enquanto uma atividade socioeconômica vem ganhando certo espaço na literatura contemporânea, cursos e programas de graduação começaram a ser direcionados para estudar as viabilidades e os impactos do turismo. A diversidade de estudos e formas do turismo nos últimos anos torna a sua compreensão bastante controversa e difusa: fala-se em turismo de negócio, turismo de aventura, turismo religioso, turismo rural, turismo gastronômico, um leque de definições que deixa sua compreensão volátil à intencionalidade do pesquisador.

Enquanto disciplina e produto do conhecimento científico, quase sempre é abordado a partir da disciplina que está sendo tratada: Administração, Arquitetura, Economia, Educação, Psicologia, Sociologia, Geografia e Turismo, dificultando compreender uma identidade própria para o tema (Siqueira, 2005).

Em harmonia com esse cenário em que os estudos, políticas e investimentos para a área de turismo ganham cada vez mais destaque em diferentes lugares do globo terrestre, não há dúvida de que o turismo, enquanto uma atividade socioeconômica, bem ou mal, é um fenômeno real na sociedade moderna. Nesse sentido, mais interessante do que entender os tipos e mesmo os benefícios ou malefícios do desenvolvimento desse fenômeno, parece-nos mais importante demonstrar o processo histórico e as transformações políticas, econômicas e culturas que estabeleceram as condições reais para a sua consolidação.

A partir da eleição presidencial de Luiz Inácio Lula da Silva em 2002, o turismo foi realçado como uma atividade com potencial para *inclusão social* e como “alternativa socioproductiva” para uma variedade de segmentos sociais, incluindo as Comunidades Remanescentes de Quilombolas (CRQ). Diante disso, atividades ligadas à cultura, ao lazer, à recreação, à preservação ambiental passaram a ser incentivadas por diferentes instituições que realizam ações na região do Vale do Ribeira.

Em 2003, com o início do governo Lula da Silva, o turismo deixa de ser parte de outros órgãos federativos e, pela primeira vez, é elevado à categoria de Ministério. Constituída pela relevância que o setor assume, o Ministério de Turismo (MTUR) foi criado com a missão de desenvolver o turismo como atividade econômica autosustentável em geração de empregos e de inclusão social (Brasil, 2016).

Considerando que, desde tempos mais remotos, devido particularmente aos seus bens naturais e culturais, o Brasil é apontado com vocação e potencialidades para o desenvolvimento do turismo, com a criação da pasta, compreendemos que essa vocação começa a ser operacionalizada de forma mais elaborada e ampliada.

No mesmo ano, o MTUR lança sua Política Nacional de Turismo PNT (2003-2007) com os seguintes objetivos gerais: a) Desenvolver o produto turístico brasileiro com qualidade, contemplando as diversidades regionais, culturais e naturais; b) Estimular e facilitar o consumo do produto turístico brasileiro no mercado nacional e internacional.

Apesar do novo status na estrutura organizacional, o MTUR, através do PNT, vai continuar com a racionalidade operacional de gestão *descentralizada* e um suposto fortalecimento dos órgãos estaduais, regionais e municipais, bem como, de *parceria* e *terceirização* de atividades de extensão, capacitação, assistência técnica e formação.

Isto ocorre, no Brasil, em concordância com os objetivos da “Reforma Gerencial” do Estado, promovida pelo ex-ministro Bresser Pereira no governo FHC. Assim, a descentralização refere-se tanto ao processo de municipalização ou descentralização administrativa – transferência de responsabilidade dos órgãos federais para instâncias municipais -, quanto ao que Bresser Pereira chama (enganosamente) de *publicização* – ou seja, transferência de responsabilidade e funções para o setor privado e para as organizações do chamado “terceiro setor”, isto é, uma verdadeira privatização (Montaño, 2007, p. 192).

Destaca-se que a *descentralização* administrativa ou municipalização “significa a transferência de responsabilidade e competência dos órgãos federais para instâncias municipais e locais”, porém, sem os recursos correspondente e/ou necessários (Soares, 2000 *apud* Montaño, 2007, p 193).

O Brasil se lança à sua suposta “vocação” para o turismo em uma formação socioeconômica e territorial desigual, segmentada e com infraestrutura básica de saúde, segurança e moradia precárias, bem como, sem consolidar um Estado de bem-estar que possibilitasse a massa de seus trabalhadores gozar de melhores condições de vida e de trabalho.

Assim, suponhamos que, a partir da constituição do MTUR, o Brasil passou por um processo de massificação do serviço turístico embasado em uma

suposta vocação devido às suas belezas naturais e culturais, contudo, sem estabelecer as condições adequadas de desenvolvimento social e de infraestrutura.

A ideologia da vocação turística, em nosso ponto de vista, deve ser compreendida como uma forma de reedição do velho determinismo ambiental, sistematizado e divulgado no século XIX pelo geógrafo alemão Frederic Ratzel. Repete a mesma procissão histórica dos determinismos anteriores, com a diferença de que agora não são mais a extração de riquezas e a produção de mercadorias industriais que fazem nossa “ordem e progresso”: agora, basta vendermos nossa paisagem natural, já que temos um povo “naturalmente” receptivo (Ouriques, 2005, p. 126).

Observa-se que o turismo, ocupando lugar estratégico no plano de desenvolvimento do governo, talvez devido a sua dinâmica e à diversidade de setores que mobiliza, foi utilizado como um dos principais pilares supostamente propulsores do desenvolvimento social e econômico do país.

Diante desse contexto, o turismo, além de oferecer o *gozo e o relaxamento*, foi proposto de forma generalizada e sob uma lógica empreendedora como alternativa para geração de trabalho e de renda em diversas localidades que não estavam diretamente transformados para o consumo turístico, dentre as quais, destacam-se o meio rural e particularmente os territórios das CRQVR.

O Vale do Ribeira, região localizado entre dois dos estados mais ricos do Brasil, abrangendo respectivamente parte do leste paranaense e o sudoeste de São Paulo, em sua porção paulista, área de abrangência desta pesquisa, além de abrigar a maior quantidade de territórios remanescentes de quilombos do estado, comporta os mais importantes remanescentes contínuos de Mata Atlântica do território nacional.

Em meio a uma totalidade mais ampla em que as questões ambientais vão ganhando cada vez mais espaço político, sobretudo, a partir da década de 1980, no Vale do Ribeira, região onde está localizada a maior área contínua do bioma original do que resta da Mata Atlântica, ocorreu um aumento significativo de áreas de proteção ambiental e de Unidades de Conservação (UC).

Tal processo, de forma contraditória, ao mesmo tempo em que foi fortalecendo a questão ambiental na região e atraindo diferentes entidades e movimentos de proteção ambiental exógenos para a região, enfraqueceu o debate no território sobre a reforma agrária e a situação fundiária das comunidades

na região. Estas, por sua vez, passaram a colher um sentimento de que os ambientalistas traíam seus interesses (Romão et. al., 2006; Todesco, 2007).

Em relação às Comunidades Remanescentes de Quilombos (CRQ), as questões ambientais e o aumento significativo de UC na região, além de apresentarem elementos que vão complexificar a luta e os procedimentos para a titulação de seus territórios devido à sobreposição das áreas, impuseram, por meio da legislação ambiental, várias restrições às roças de subsistência, limitando suas práticas agrícolas e o extrativismo.

Carregados por uma lógica de ocultamento e desconsideração reproduzida historicamente em relação aos grupos subalternos na região, a ação estatal e as novas restrições ambientais passaram a prejudicar a reprodução do modo de vida e as práticas de produção das CRQ que já ocupavam aqueles territórios de mata densa ao longo do rio Ribeira de Iguape há séculos.

A contradição gerada pela forma autoritária como a fiscalização ambiental foi imposta na região foi de tal tamanho que, segundo o Relatório Técnico Científico (RTC) da CRQ São Pedro, além de prejudicar as práticas tradicionais de manejo das comunidades, que ficaram impedidas de abrir novas roças, potencializou a extração clandestina e predatória do palmito e não garantiu a proteção ambiental, pelo contrário, ainda que indiretamente, incentivou a devastação da floresta (São Paulo, 1998).

Compreende-se que tanto a ação estatal imposta à CRQ, proibindo a instalação de suas roças e restringindo o uso dos recursos naturais de seus territórios, bem como, conforme Capobianco (2004) e Todesco (2007), o aumento do ativismo ambiental e da atuação de diferentes EA com uma visão preservacionista, estão consubstanciados numa concepção que Diegues (2001) descreveu como “*neomito* da preservação da natureza”.

Diante desse contexto em que a questão ambiental passou a ganhar cada vez mais destaque no cenário político global, o Vale, por ter o maior remanescente do pouco que resta da Mata Atlântica, atraiu a atenção e a presença de diversas entidades e ativistas ligados à questão ambiental.

Grande parte dessas entidades e ativistas, que eram exógenas ao território, tinham uma visão preservacionista que prejudicou o debate sobre a reforma agrária, a titulação dos territórios quilombolas e a situação fundiária das comunidades da região, situação que gerou um sentimento de

desconfiança por parte das comunidades em relação aos interesses das entidades ambientalistas.

Com certa mudança de paradigma que transfere a orientação de algumas entidades para uma concepção mais conservacionista e de desenvolvimento sustentável, o turismo vai cada vez mais sendo inserido no contexto do Vale como uma possibilidade de desenvolvimento sustentável.

Nesse cenário que conta também com incentivos estatais, quilombolas de diferentes comunidades da região, aproveitando as possibilidades dadas por meio de projetos e cursos, vão se aproximando do debate e se inteirando de um conhecimento mais sistematizado sobre o turismo.

Com base nas visitas que realizamos e nas referências que consultamos sobre o turismo na região, considera-se que os quilombolas começaram a ter contato com um conhecimento mais elaborado sobre o turismo, bem como uma compreensão de desenvolvê-lo como uma alternativa socioeconômica, entre outros fatores, devido à realização das roças estarem prejudicadas pela fiscalização ambiental e pelos cursos ofertados por diferentes grupos e organizações.

Apesar de reconhecermos certo interesse estatal em potencializar o turismo na região, como também as ações dos diferentes grupos e organizações atuando na proposição de diagnóstico, capacitação e planejamento para o desenvolvimento do turismo na região, constata-se certa ausência de atuações direcionadas mais especificamente aos quilombolas.

A partir dos trabalhos de Todesco (2007), Aguiar e Souza (2017), Santana (2008) e da entrevista com Thiago Marques do Oliveira (analista de desenvolvimento agrário do Itesp) em 2018, observa-se que a atuação das entidades na promoção do ecoturismo nesse período que abrange a transição do século XX para o século XXI, além de ser bastante pontual, estava muito influenciada pela ideia da promoção da “mercadoria paisagem”.

Nesse momento em que o turismo, em especial o ecoturismo, vai ganhando espaço na região, as ações, apesar de trazerem uma alusão ao desenvolvimento sustentável, tinham uma compreensão mais voltada à promoção e ao preparo do território com trilhas, cavernas, cachoeiras e natureza conservada, para o consumo “consciente” da mercadoria ecoturista.

Tanto as ações estatais como das demais organizações e grupos que atuavam com a promoção do ecoturismo na região foram sob uma lógica de

transferência do conhecimento, de promoção de oficinas e de capacitação, que forneceu um primeiro conhecimento para alguns quilombolas sobre o tema, ao passo que desconhecia e ou subjugava os interesses prioritários das CRQ no território.

Buscando tratar mais especificamente sobre os elementos que contribuíram para a elaboração do CQTVR, identificamos que o projeto Programa Comunidades Quilombolas (PCQ) da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), desenvolvido pelo Grupo de Trabalho de Turismo e Educação Ambiental (GTTEA), talvez tenha sido a primeira ação que buscou trabalhar o turismo sob a especificidade dos remanescentes de quilombos da região.

Com referência em Santana (2008), consideramos que a UNICAMP por meio do PCQ, representa pela primeira vez a presença da Universidade Pública como proponente e coordenadora de um projeto com o objetivo de desenvolvimento do turismo articulado à educação ambiental, direcionado especificamente para uma parcela organizada das CRQVR.

O GTTEA/PCQ/UNICAMP atuou com o tema no território entre 2005 e 2006, ainda no primeiro Governo Lula da Silva, destarte percebemos que foi um contexto diverso de debates sobre o papel da universidade, e particularmente da extensão universitária, articulada a outros temas como tecnologia social, economia solidária e turismo de base comunitária.

Ainda que reconheçamos o GTTEA/PCQ/UNICAMP como um projeto importante, que iniciou um debate mais elaborado e crítico sobre o turismo com os quilombolas, foi alguns anos mais tarde, a partir da parceria estabelecida no projeto coordenado pelo Instituto Socioambiental (ISA), que as comunidades André Lopes, Ivaporunduva, Mandira, Pedro Cubas, Pedro Cubas de Cima, São Pedro e Sapatu se organizaram em torno do *Circuito Quilombola de Turismo Comunitário do Vale do Ribeira* (CQTVR).

O ISA, em articulação com as Associações das CRQ André Lopes, Ivaporunduva, Pedro Cubas, Pedro Cubas de Cima, São Pedro e Sapatu, em Eldorado, e Mandira, em Cananéia, que demonstraram interesse em aprofundar o conhecimento sobre as possibilidades e impactos do turismo, formularam um projeto, que contou com apoio financeiro do MTUR, para trabalhar o turismo nas comunidades.

Em entrevista, Raquel Pasinato (2018) explicando o desenvolvimento do projeto, destacou que, num primeiro momento, foi realizado um processo de formação, de pensar o turismo que eles queriam. Relatou que havia uma grande preocupação com o potencial exploratório e consumista que o turismo possui, e que, nesse contexto de estudos, o turismo de base comunitária se apresentou como a alternativa mais adequada³⁸.

Apesar das contradições intrínsecas ao turismo, por seguir uma lógica oligopolista imposta pela mundialização do capital e, em alguma medida, pela mercantilização do tempo e do espaço, Cruz (2009) destaca que o turismo comunitário se apresenta como uma possibilidade e alternativa em que as comunidades autóctones assumem o controle de seu desenvolvimento nos territórios.

Durante a pesquisa empírica nos Quilombos Pedro Cubas, Pedro Cubas de Cima, Sapatu e Ivaporunduva, entre 2018 e 2019, ficou evidente, nas conversas com representantes das comunidades, que, além da possibilidade de gerar renda e trabalho particularmente para a juventude e para as mulheres, apropriar-se do turismo também parecia ser essencial para manter certo grau de autonomia e *autocontrole* dos territórios.

Compreende-se que o CQTVR foi resultado de uma proposta que articulou a história de luta e resistência no e pelo território, com o reconhecimento do modo de vida dos quilombolas e com a preservação e manutenção do patrimônio cultural e natural que cada comunidade possuía. Com referência à apresentação descrita no livreto elaborado pelo ISA (2013) em parceria com as Associações dos Quilombolas, observa-se que:

Esta é uma oportunidade única de fazer turismo de base comunitária e ao mesmo tempo conhecer a cultura afro-brasileira, participando de seu cotidiano, observando seus conhecimentos tradicionais, visitando as belezas naturais e, principalmente, ouvindo as histórias de luta e resistência das comunidades, que contribuem até hoje para preservar as riquezas da sociobiodiversidade da região.

³⁸ Entrevista realizada com Raquel Pasinato (Coordenadora do Programa Vale do Ribeira desenvolvido pelo ISA), na sede do ISA na cidade de Eldorado-SP em 2018. Informamos que todas as referências a Pasinato (2018) são referências a essa entrevista.

É evidente que os quilombolas, em alguma medida, têm consciência de que uma parcela dos turistas que visitam as comunidades busca experiências valorizando o romântico, o lúdico, o nostálgico, o rústico, a natureza preservada e a *folclorização* da cultura, mas não é isso que eles buscam incentivar.

Seja por meio da *auto-organização* socioprodutiva dos quilombolas no território, bem como da expressão de sua territorialidade, identifica-se um movimento interessante e diferenciador quando se pensa no turismo, visto que se contrapõe à lógica liberal burguesa de propriedade privada e de coisificação socioambiental.

Essas comunidades, que luta pela propriedade coletiva e não alienável, bem como pela soberania e *auto-organização* dos seus territórios, buscam construir uma proposta de desenvolvimento do turismo contra hegemônico e adequado a sua *autodeterminação* e aos seus interesses, ou seja, com fortes características de não mercantilização.

Nesse sentido, compreendemos que o processo iniciado com o GTTEA/PCQ/UNICAMP e particularmente do ISA com o Programa Vale do Ribeira geraram elementos de mediações consideráveis para se construir uma alternativa com e pelas comunidades. Em tempos de neoliberalismo, observamos que a mediação/relação nesses casos estabeleceram elementos teóricos e práticos compromissados com a identidade e emancipação das comunidades, criando espaços coletivos de estudos e de decisões sobre as possibilidades ou não do turismo nas comunidades.

Com referência em Novaes (2012, p. 133), considera-se que o serviço dessas entidades buscou romper como o modelo difusionista e de transferência tecnológica e desenvolveu-se com o objetivo de “fortalecer a capacidade de gerar conhecimentos, já existente na comunidade – capacidade de questionar, analisar e testar possíveis soluções para os próprios problemas”.

Para ilustrar de forma mais elementar essa nossa compreensão, apresentamos no próximo capítulo uma parcela da análise que fizemos sobre a atuação do ISA junto as CRQ e na elaboração do CQTVR.

As Contribuições do Instituto Sociambiental para Concepção do CQTVR

Tendo como principal referência a entrevista que realizamos com Raquel Pasinato (Coordenadora do Programa Vale do Ribeira do Instituto Socioambiental – ISA) em 2018, constata-se que o ISA nasceu em 1994, fruto do desmembramento do Centro Ecumênico de Documentação e Informação (CEDI).

Referência na temática socioambiental no Brasil, o ISA é uma entidade sem fins lucrativos, constituída com os seguintes objetivos: defender bens e direitos sociais, coletivos e difusos, relativos ao meio ambiente, ao patrimônio cultural e aos direitos dos povos indígenas. Desde 2001, o ISA é uma Oscip – Organização da Sociedade Civil de Interesse Público – com sede em São Paulo (SP) e subsedes em Brasília (DF), Manaus (AM), Boa Vista (RR), São Gabriel da Cachoeira (AM), Canarana (MT), Eldorado (SP) e Altamira (PA).

Raquel Pasinato (2018) relata que os trabalhos do ISA se iniciaram muito vinculados às questões indígenas, tanto que, até os dias atuais, os indígenas são as principais populações atendidas pelo ISA, fazendo parte de todos os programas da entidade, com exceção especialmente do Programa do Vale do Ribeira, que tem os quilombolas como as principais populações atendidas.

Para sua atuação no território, o ISA se organiza por bacia hidrográfica; dessa forma, além do Programa do Ribeira, o ISA tem o Programa Rio Negro: abrangendo a bacia hidrográfica do Rio Negro e trabalhando, especificamente, com populações indígenas; e o Programa Xingu: abrangendo a bacia do rio Xingu. Esse programa, além de assistir os povos indígenas, trabalha, também, com extrativistas e populações ribeirinhas.

Para além dos programas de campo, Raquel Pasinato (2018) destaca, também, o que eles denominam de programas meio: Programa de Políticas Públicas e Direito, que fica em Brasília desenvolvendo atividades ligadas à legislação, direito e políticas públicas; Programa de Monitoramento de Áreas Protegidas, que fica em São Paulo com serviços de banco de dados, informação, produção de informação e monitoramento – portarias, conflitos sobre as comunidades e UC, monitoramento de portarias e conflitos; e, também, em São Paulo está a sede do ISA, que abriga os serviços de administração.

Abrangendo a bacia hidrográfica do rio Ribeira de Iguape, e atuando especialmente com as comunidades remanescentes de quilombos, o Programa Vale do Ribeira começou entre 1998-1999 em decorrência de uma ação que se chamava Mata Atlântica, iniciativa que tinha como objetivo realizar um diagnóstico socioambiental na região.

A proposta desse diagnóstico socioambiental buscou analisar o Vale do Ribeira com o intuito de entender as características da região. Constatou-se que na região, além de uma grande riqueza ambiental, havia muitas comunidades tradicionais, dentre essas, os remanescentes de quilombos, que, apesar de terem seus direitos reconhecidos desde 1988, eram um grupo muito desassistido e que necessitava de assistência técnica e apoio, inclusive sobre a regularização fundiária naquele espaço territorial permeado por uma série de UC.

Destaca-se que, nesse contexto, as comunidades estavam organizadas na luta contra os projetos de barragens no rio Ribeira. Dessa forma, o ISA também se insere nesse processo de luta contra a construção da barragem de Tijuco Alto. Compreende-se que, a partir desse movimento, o ISA começa a se aproximar de forma mais sistemática das comunidades, do MOAB e da Equipe de Articulação e Assessoria às Comunidades Negras do Vale do Ribeira (EAACONE).

Com essa aproximação, o ISA começou também a oferecer assessoria e assistência às comunidades. Partindo de procedimentos ligados à lógica do desenvolvimento local, iniciou um projeto de banana orgânica com Ivaporunduva. Vale destacar que, por meio de parceria nesse projeto, o Núcleo de Estudos e Pesquisas em Alimentação (Nepa) da UNICAMP começou a atuar na região. Além do Nepa/UNICAMP, o projeto contou também com a participação do Instituto Biodinâmico (IBD), parceiro até os dias atuais.

Raquel Pasinato (2018) destacou que, a partir dos anos 2000, oportunidades que surgiram por meio de iniciativas e políticas, principalmente do governo federal, com a finalidade de apoiar pequenos projetos ligados às comunidades tradicionais, contribuíram para a elaboração de propostas mais abrangentes, abrindo caminho para discutir melhor as prioridades e questões de organização, gestão e planejamento a médio e longo prazo.

Em meio a uma série de ações e de iniciativas que foram desenvolvendo, primeiro com Ivaporunduva e, depois com outras comunidades, sentiu-se

a necessidade de entender o que eram as demandas dessas outras comunidades, quais eram as prioridades para o território e os desafios. Dessas reflexões, surgiu a proposta de construir uma *Agenda Socioambiental de Comunidades Quilombolas do Vale do Ribeira*.

A *Agenda* foi um projeto coordenado e desenvolvido pelo ISA com apoio financeiro do Fundo Nacional de Meio Ambiente (FNMA) através da linha de financiamento “Demanda Espontânea”, do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), e da Igreja da Noruega através da operação Dia do Trabalho (AIN-OD) (Santos; Tatto, 2008).

A construção dessa Agenda foi iniciada ainda em 2004, com a participação de representantes das comunidades quilombolas nas discussões para a elaboração do projeto, através de reuniões organizadas pelo ISA com o apoio da EAACONE. Em 2006, em parceria com 14 comunidades quilombolas, iniciam-se as ações de campo, através das primeiras reuniões nas comunidades para apresentações do projeto de discussões sobre estratégias de sua implementação. No âmbito desse projeto, ocorreram oficinas temáticas onde foram trabalhados os temas como: organização e fortalecimento comunitário, legislação ambiental; cultura, artesanato tradicional quilombola; manejo de recursos florestais saneamento, manejo de lixo e cuidados com os agrotóxicos (Santos; Tatto, 2008, p. 07).

Tendo como referência a própria *Agenda* e as entrevistas com a Raquel Pasinato (2018), constata-se que a construção da *Agenda* se deu por meio de diagnósticos participativos, envolvendo pessoas de cada uma das comunidades, de tal forma que os próprios moradores conduziram os levantamentos e as entrevistas. Dessa forma, compreende-se que, além do protagonismo dos sujeitos, houve também um importante processo de formação e capacitação para o desenvolvimento das atividades.

Foi realizado um processo intenso de oficinas sobre cartografia para que eles pudessem desenhar os territórios, indicando onde se encontram as nascentes, as vilas, as casas, as roças e os espaços de convivência comunitária. Foi como cartografia social, mas não com os mesmos procedimentos. Diferentemente da cartografia social, o ISA levava a base geográfica feita em laboratório com o limite do território que já tinha sido realizado pelos RTC e, a partir dessa base, eles iam desenhando em cima.

Foi um processo bem intenso e, a partir do momento que fechou a *Agenda* em 2008, tinha-se um quadro das principais demandas e prioridades para trabalhar. Raquel Pasinato (2018) destacou que a ideia da *Agenda* não deveria se limitar apenas às ações desenvolvidas pelo ISA. Também era uma ferramenta de luta para que as comunidades, a partir dela, pudessem reivindicar seus direitos sobre os territórios e, além disso, para que gestores e formuladores de políticas públicas pudessem consultar o material e entender melhor as prioridades de cada uma das comunidades.

A partir do trabalho da *Agenda*, Raquel relata que o ISA conseguiu, de forma mais elaborada, entender as demandas e identificar as prioridades que poderiam contribuir. Dentre essas prioridades, a questão do resgate cultural, demandada particularmente pelos mais velhos e de planejamento territorial, mostraram-se de grande relevância, criando o ambiente para a proposta da construção de um *Inventário Cultural* e do *Planejamento Territorial Participativo*.

Atendo-se ao *Inventário*, observa-se que, além de resgatar a cultura e aproximar os mais jovens de suas origens ancestrais, mostrou-se também como um possível instrumento de luta contra os projetos da barragem, por exemplo, identificando e sistematizando todo aquele universo cultural que a construção da barragem poderia alargar e extinguir.

A proposta de fazer o levantamento dos bens culturais nasce dos próprios quilombolas, preocupados pela falta de conhecimento e reconhecimento por parte do Estado e da sociedade brasileira em relação aos seus direitos territoriais e pela ameaça permanente dos grandes projetos de infraestrutura na região, entre eles, os de barragens no Rio Ribeira de Iguape, com grande potencial de impacto para a região e diretamente sobre alguns territórios quilombolas (Andrade; Tatto, 2013, p. 07).

Diante das mediações e reflexões que foram sendo potencializadas pelo ISA junto às comunidades, entendeu-se que o resgate e a manutenção da cultura e o modo de vida quilombola, além de um instrumento para lutar contra as barragens, também eram direitos resguardados pelos artigos 215 e 216 da Constituição Federal.

A construção do *Inventário Cultural de Quilombos do Vale do Ribeira* se deu por um intenso processo de trabalho que durou 4 anos. Além da

assessoria do ISA e da EAACONE, o projeto contou também com suporte do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e apoio financeiro da Petrobrás por meio da Lei Rouanet.

Amparado pela metodologia do Inventário de Referências Culturais – INRC/IPHAN, o levantamento envolveu 16 CRQ e identificou 180 bens culturais que foram classificados em cinco categorias: Celebrações; Formas de Expressão; Ofícios e Modos de Fazer; Lugares e Edificações (Andrade; Tatto, 2013).

Raquel Pasinato (2018) destacou que o processo levou todo esse tempo, entre outras razões, porque a equipe era pequena, mas, principalmente pela questão metodológica, que, apesar de seguir as orientações do INRC/IPHAN, o ISA, enquanto coordenador da proposta, sugeriu fazer os procedimentos de forma participativa, de forma similar ao processo feito para a construção da *Agenda*.

Visto que o INRC/IPHAN tem uma metodologia própria, foi necessário fazer capacitações e adequações para o processo, de uma forma que permitisse que os próprios quilombolas fizessem as entrevistas. Havia a antropóloga que coordenava o processo, mas eram os próprios membros das comunidades que iam fazendo as entrevistas com os mais velhos. Diante disso, foi necessário adaptar o questionário e as linguagens, fato que demandou um tempo maior.

O *Planejamento Territorial Participativo*, apesar de abranger uma porcentagem maior de comunidades que se organizaram e debateram o licenciamento ambiental com técnicos e profissionais de diversas entidades, enquanto ação planejada e coordenada pelo ISA, envolve diretamente as comunidades de Morro Seco em Iguape e São Pedro em Eldorado (Pasinato, 2012).

A escolha dessas comunidades se deve a diferentes razões. Em São Pedro, a comunidade sempre atuou de forma proativa em diferentes projetos com destaque na luta pelo licenciamento das roças, pautada em parte pelas pesquisas sobre a dinâmica do uso da terra e pela organização frente aos desafios pela sobrevivência. Em Morro Seco, a comunidade é fortemente organizada em torno da Associação, e sofre sérias limitações espaciais, tendo que lidar com muitos ocupantes terceiros em um território pequeno (Pasinato, 2012, p. 6).

Com base no material elaborado pelo ISA, para o *Planejamento Territorial Participativo*, foi desenvolvido um intenso processo de

sensibilização, mobilização, envolvimento e participação. Foram inúmeras reuniões e oficinas sobre Patrimônio Cultural e Turismo, Agricultura e extrativismo, Adequação Ambiental, Organização Comunitária, Diagnóstico Rural Participativo e outras atividades complementares.

O planejamento territorial foi importante para pensar as ações baseadas na especialização do uso atual e futuro, que podem concretizar demandas locais e proporcionar meios para atingir os objetivos do território como a garantia de desenvolvimento e qualidade de vida para as famílias, compatibilizando a sobrevivência da população com o uso sustentável dos recursos naturais em seus espaços territoriais (Pasinato, 2012, p. 07).

Nesse intenso e rico processo que envolve a construção da *Agenda Socioambiental*, o *Inventário Cultural* e o *Planejamento Territorial Participativo* é que também algumas CRQVR que já se defrontavam com atividades turísticas em seus territórios identificam a necessidade de se estruturarem de forma mais organizada para tratar com o turismo nos territórios.

Visto que o turismo já se manifestava e impactava os territórios quilombolas devido à grande quantidade de turistas que visitavam anualmente a Caverna do Diabo, que fica no quilombo de André Lopes, e a cachoeira do Meu Deus, que fica no Quilombo de Sapatu, por exemplo, as comunidades sentiram a necessidade de construir uma alternativa que lhes proporcionasse certo grau de controle sobre os bens naturais e culturais, materiais e imateriais que eram explorados por outros em seus territórios.

Diante dessa compreensão, as Comunidades de Ivaporunduva, Mandira, André Lopes, Sapatu, São Pedro, Pedro Cubas e Pedro Cubas de Cima, em parceria com o ISA, elaboraram um projeto que obteve apoio financeiro do MTUR, com a finalidade de estruturar um *Circuito Quilombola de Turismo Comunitário do Vale do Ribeira* (CQTVR).

Seguindo o *modus operandi* que o ISA já vinha desenvolvendo junto às comunidades desde suas primeiras ações, a proposta de construção do CQTVR também seguiu procedimentos de capacitação e formação que potencializava e incentivava a construção participativa, comunitária e as prioridades locais.

Raquel Pasinato (2018) destacou que foi realizado um processo de formação e capacitação interno, envolvendo as comunidades no levantamento e

mapeamento dos possíveis atrativos, no desenho de um mapa e no desenvolvimento de um material de divulgação, além de um curso de monitor ambiental.

No decorrer do processo de debate, reflexão e construção da proposta, os membros das comunidades realizaram visitas técnicas e troca de saberes com outras CRQ que também estavam trabalhando com o turismo, como, por exemplo, o Quilombo de Monte Alegre no Espírito Santo e o Quilombo Campinho da Independência no Rio de Janeiro.

Em relação às visitas técnicas, constata-se, com base no documentário sobre o CQTVR, que as atividades foram de fundamental importância para a troca de experiência, mas principalmente para observarem como outras comunidades vêm discutindo e propondo o turismo nos territórios, sempre com muita politização, respeito e consciência de um conhecimento ancestral.

Os cursos e oficinas de capacitação com foco em planejamento, gestão, monitoria, precificação, trilha, entre outras temáticas que foi necessário tratar de forma mais aprofundada durante o processo, serviu para as comunidades materializarem as possibilidades e os limites do turismo em seus territórios, bem como compreender e definir como utilizá-lo e desenvolvê-lo.

Raquel Pasinato (2018) apontou que o ISA, enquanto mediador, contribuiu como um problematizador que tinha como princípio fomentar as diferentes possibilidades, bem como os limites e as consequências dessas possibilidades, potencializando reflexões que incentivassem a *autoaprendizagem* para que as próprias comunidades a escolhessem e tomassem suas decisões.

Entre 2008 e 2012, quando foram desenvolvidas todas as ações, formou um conselho gestor, denominado pela alcunha de Conselho Gestor do Circuito Quilombola, composto por representantes das 7 comunidades que compunham o *Circuito*. Após esse prazo e a finalização das etapas do projeto, o ISA foi se retirando dessa assistência focada no turismo e deixando a condução do processo para o conselho, contudo, devido a divergências e particularidades entre os membros, o Conselho, com o tempo, foi deixando de funcionar.

Importante destacar que, nesse período, os quilombolas criaram outra entidade, chamada de Centro de Educação, Profissionalização, Cultura e Empreendedorismo (CEPCE), com a missão de ser um efetivo agente promotor do desenvolvimento sustentado e representar, de forma inclusiva, os direitos e interesses de grupos tradicionalmente excluídos, em especial, as comunidades quilombolas.

De acordo com a entrevista com Raquel Pasinato (2018), ao passo que o projeto foi dando seu prazo de encerramento, o ISA foi se retirando desse debate mais específico sobre o turismo, e a CEPCE começou a assumir a condução desses debates e até conseguiram aprovar um outro projeto para trabalhar com o turismo junto à Petrobras.

Contudo, ao que tudo indica, a CEPCE está inoperante. Tentando entender melhor a situação da entidade com alguns quilombolas que mais ou menos acompanharam o processo, esse debate sobre a CEPCE se mostrou muito caro, as pessoas sempre desconversavam ou mesmo se recusavam a falar abertamente sobre ela, não nos possibilitando avançar mais sobre o que realmente sucedeu nesse contexto.

Pontuado isso, constata-se que, apesar de considerar o processo de discussão e de construção do *Circuito* todo muito rico, Raquel Pasinato (2018) considera que a falta de um acompanhamento contínuo debilitou a estruturação e o funcionamento do circuito de forma integrada e coletiva, e as comunidades passaram a trabalhar mais de forma autônoma, focadas na organização do seu território, e não como circuito.

A proposta foi de fazer uma coisa mais integrada e em rede, de tal forma que o grupo pudesse visitar as comunidades e passar mais tempo envolvidas no *Circuito*, contudo, devido às particularidades e limites internos e externos que envolvem as singularidades e dificuldades de cada comunidade, isso não ocorreu de fato.

Ainda assim, Raquel considera que o turismo é uma alternativa importante que, além de possibilitar uma renda bacana, funciona como uma ferramenta de planejamento territorial, bem como de diálogo e comunicação com os turistas e as demais pessoas que visitam seus territórios, apresentando sua cultura e suas histórias de luta e de resistência.

Fazendo *mea culpa* dessa debilidade no funcionamento de forma integrada do CQTVR, Raquel destacou que esse trabalho suscitou e serviu de base para outras iniciativas, inclusive a de formação do *Circuito Quilombola Paulista*, proposto pelo Estado por meio do ITESP e da Secretária Estadual de Turismo.

Contudo, como já destacamos, quando tratamos sobre o ITESP, o *Circuito Quilombola Paulista*, apesar de ter sido proposto entre 2016 e 2018 no governo de Geraldo Alckmin, devido às transformações políticas dos

últimos anos, ainda não possui um direcionamento de assessoria e assistência que de fato atende às comunidades nesse sentido.

Para finalizar esse processo de análise e reflexão do ISA sobre as CRQVR, e mais especificamente sobre sua contribuição na formatação do CQTVR, destaca-se que, apesar de ter se retirado do debate específico sobre o turismo, o ISA tem se inserido em várias outras ações que fortalecem o processo de resistência e luta das CRQVR, com destaque ao seu engajamento na construção e manutenção da *Feira de Trocas de Sementes dos Quilombos do Vale do Ribeira* e na campanha de defesa e salvaguarda do *Sistema Agrícola Tradicional Quilombola*.

Nesse sentido, compreende-se que a importância do ISA, enquanto entidade que atua diretamente prestando serviços de assistência, capacitação e formação junto às comunidades para a concepção de um turismo alternativo e contra hegemônico, esta consubstancia, no seu histórico de atuação, que sempre buscou fortalecer e reconhecer o direito e a *auto-organização* dessas comunidades sobre seus territórios.

Diante disso, compreende-se que o ISA desenvolve suas ações de forma dialógica-problematizadora com enfoque transdisciplinar, que debate as necessidades e as possibilidades das comunidades a partir de uma perspectiva que busca fortalecer a capacidade de *autoaprendizagem* e *auto-organização*.

Apesar de ser um processo que leva um tempo maior do que a simples transferência do conhecimento, contata-se que esse tipo de ação busca estabelecer, por meio do diálogo, da reflexão e da problematização, subsídios para que a própria comunidade tenha conhecimento dos processos e possam, assim, tomar a decisão mais adequada às suas demandas e necessidades.

Considerações Finais

Dentro dos limites e possibilidades dados pela própria lógica neoliberal, que hegemonicamente determina as ações de formação e capacitação de cima para baixo, observa-se que as mediações/relações construídas tanto pela UNICAMP mas particularmente pelo ISA com as comunidades, buscaram fortalecer o diálogo e a capacidade de *autoaprendizagem* para a *auto-organização* do turismo comunitário, não mercantilizado, em seus territórios, ou seja, os remanescentes de quilombos não perderam o controle do território para

uma grande empresa de turismo, muito menos para uma empresa de hotelaria, preservando as relações sociais naquele território.

Com relação ao papel do GTTEA do PCQ/UNICAMP, constatamos que suas ações tiveram relevância, entre outras razões, por ter sido a primeira entidade que buscou desenvolver um trabalho de formação, capacitação e planejamento para o turismo articulando o conhecimento científico codificado produzido na universidade e o saber tradicional das comunidades locais.

Nesse sentido, mesmo sem ter tratado especialmente do trabalho desenvolvido pelo GTTEA/PCQ/UNICAMP, se faz expressivo realçar que as suas ações potencializou as trocas de conhecimentos, desenvolveram-se de uma forma dialógica-problematizadora, não sem contradições, conduzindo as mediações e as reflexões dentro de padrões que buscam o equilíbrio ambiental e social, bem como de estímulo à autonomia e à *auto-organização* das comunidades, além de lhe propor ferramentas de planejamento e elaboração de projetos.

Responsável pelo projeto que conduziu a formatação do CQTVR, consideramos que o ISA – entidade com atuação direta na região - também desenvolveu suas ações junto às comunidades quilombolas com procedimentos dialógicos, com uma atuação que potencializou a organização comunitária, o conhecimento local e a construção de processos participativos, de um turismo de baixa escala, em bases comunitárias.

Constatamos que o ISA tem seus procedimentos focados no diálogo e na troca de saberes, buscando o equilíbrio entre a missão da entidade e as demandas das comunidades, partindo do princípio de que a entidade deve sensibilizar e problematizar os limites e possibilidades, bem como fornecer as condições para que as comunidades tomam suas decisões. Em termos gerais, o ISA enquanto entidade atua dentro da ótica do *desenvolvimento sustentável*, mas lá na ponta, seus técnicos foram decisivos para o desenvolvimento de um turismo não mercantilizado.

Contudo, mesmo com os esforços constituído por meio da luta e resistência no território, compreendemos, diante do avanço da lógica neoliberal e individualista, que são inevitáveis as dificuldades e as contradições enfrentadas para construção da propriedade comunal, bem como para construção de um turismo não mercantilizado e contra hegemônico.

Em relação ao CQTVR, nas palavras de Raquel Pasinato (2018), entendemos que o *Circuito* ainda possui dificuldades para se desenvolver da forma como foi idealizado, organizado de forma integral e em rede, envolvendo todas as comunidades e não só atividades soltas e restritas aos próprios territórios. Ainda com base na entrevista com Raquel Pasinato (2018), vimos que esse limite no funcionamento integral do *Circuito* se dá também pela falta de acompanhamento contínuo em longo prazo, seja pela parte do próprio ISA, que só obteve recurso para manter as ações durante a vigência do projeto, seja pela ausência de um serviço de ATER público contínuo e de qualidade, como nos relatou Thiago em entrevista em 2018.

Acerca das contradições e dificuldades enfrentadas pelo CQTVR, vale destacar que se trata de um grupo em luta contra o sistema do capital. Dessa forma, há que se considerar as condições objetivas em que eles levam sua proposta de turismo, que ora corroboram, ora contrariam e não raramente desafiam a proposta do turismo convencional exploratório e capitalista.

Apesar das contradições e dificuldades, compreendemos que o propósito e a razão de ser do turismo desenvolvido pelos remanescentes de quilombos em torno do CQTVR escapam a uma lógica capitalista e puramente mercantil, assumindo características de luta e resistência pelo território como instrumento de diálogo, comunicação e apresentação de sua história e sua cultura à sociedade.

Referências

AGUIAR, Hetienne Juliani Pontes de Aguiar; SOUZA Silvana do Rocio. **Circuito Quilombola (Eldorado-SP): possibilidades para o turismo cultural**. CENÁRIO, Brasília, v.5, n. 8, p. 98– 11. ago. 2017.

ANDRADE, Anna Maria; TATTO, Nilto. **Inventário cultural de quilombos do Vale do Ribeira**. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2013.

BRASIL, Ministério do Turismo. **Cadernos e Manuais de Segmentação**. Brasília: MTUR, 2006.

BRASIL, Ministério do Turismo. **Embratur 50 anos: uma trajetória do turismo no Brasil**. Brasília: Mtur, 2016.

CAPOBIANCO, João Paulo Ribeiro. et. al. **Quem faz o que pela Mata Atlântica** – 1999-2000: projeto avaliação dos esforços de conservação, recuperação e uso sustentável dos recursos naturais da Mata Atlântica. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2004.

CRUZ, Rita de Cássia A. Turismo, produção do espaço e desenvolvimento desigual: para pensar a realidade brasileira *In*. BARTHOLLO, Roberto; SANSOLO, Davis Gruber; BURSZTY, Ivan. **Turismo de base comunitária**: diversidade de olhares e experiências brasileiras. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009.

DIEGUES, Antonio Carlos. **O mito moderno da natureza intocada**. 3. ed. São Paulo: Ed. Hucitec, 2001.

MONTAÑO, Carlos. **Terceiro setor e questão social**: crítica ao padrão emergente de intervenção social. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

NOVAES, Henrique Tahan. **Reatando um fio interrompido** – a relação universidade movimentos sociais na América Latina. 2a edição - Marília: Lutas Anticapital, 2019.

OURIQUES, Helton R. **A produção do turismo**: fetichismo e dependência. Campinas, SP: Editora Alínea, 2005.

PASINATO, Raquel. **Planejamento Territorial Participativo**: Relato de experiências em comunidades quilombolas do Vale do Ribeira/SP. São Paulo: ISA, 2012.

ROMÃO, Devancyr A. et. al. As comunidades rurais do Vale do Ribeira e uma nova visão do negócio agrícola. *In*: ROMÃO Devancyr A. et. al. **Vale do Ribeira**: um ensaio para o desenvolvimento das comunidades rurais. Brasília: MDA/NEAD, p. 69-98, 2006.

SANTANA, Ivie Nunes de. **O planejamento turístico como instrumento de legitimação cultural em território quilombola**. Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Geociências, 2008.

SANTOS, Kátia M. Pacheco dos; TATTO, Nilto. **Agenda socioambiental de comunidades quilombolas do Vale do Ribeira**. Eldorado: Instituto Socioambiental, 2008.

SÃO PAULO, Sec. da Justiça da Defesa e da Cidadania. **Relatório Técnico-científico sobre os Remanescentes da Comunidade de Quilombo São Pedro**, no Vale do Ribeira/São Paulo. Instituto de Terras do Estado de São Paulo “José Gomes da Silva”. Gabinete da Coordenadora, Assessoria de Quilombos, 1998.

SIQUEIRA, Deis. **História social do turismo**. Rio de Janeiro: Garamond; Brasília-DF: Ed. Vieira, 2005.

SOARES, Laura Tavares. **Os custos do ajuste neoliberal na América Latina**. Questões da Nossa Época nº 70. São Paulo: Cortez, 2000.

TODESCO, Carolina. **Estado e Terceiro Setor na organização do espaço para o turismo no Vale do Ribeira**. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) - Universidade de São Paulo, 2007.